

II ENCONTRO ESTADUAL
COMITÊ EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA ETAPA BAHIA
30 E 31 DE MARÇO DE 2019
UEFS - FEIRA DE SANTANA

Relatório PRÉ-ENE ETAPA ESTADUAL_BAHIA

Estado Bahia	Local e data 30 e 31 de março de 2019 – Universidade Estadual de Feira de Santana
Número e perfil de par- ticipantes 176 partici- pantes/ pro- fessores da educação bá- sica e superior e estudantes da educação básica e supe- rior	Entidades participan- tes: ADUSC, ADUFS, ADUNEB, ADUSB, SINEASEF, REGIO- NAL III DO ANDES, UJC E CSPCONLU- TAS

RECOMENDAÇÕES GERAIS

- Que todo documento do PRÉ-ENE tenha flexão de gênero. E que seja levada essa proposta ao III ENE;
- Adotar como padrão de nomenclatura o termo LGBTQI+;
- O termo xenofobia deve ser incluído em todas as teses do III ENE em que houver descrição das opressões a serem combatidas no ambiente escolar.

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

1. Que todo o recurso público deva ser destinado exclusivamente para as instituições educacionais públicas, com investimento mínimo de 10% do PIB para a educação pública estatal já.

2. Pela renovação já do FUNDEB com melhorias e ampliação dos recursos;
3. Garantir a participação democrática da comunidade na gestão transparente dos recursos do FUNDEB.
4. Fortalecer a luta pela revogação da EC 95;

UNIVERSALIZAÇÃO, ACESSO E PERMANÊNCIA

1. Assegurar o princípio constitucional para garantir a autonomia política, financeira, administrativa, pedagógica e acadêmica das universidades;
2. Abertura de cursos e concursos públicos para a formação e contratação de professores/as intérpretes em Libras, para a inclusão desta língua no currículo;
3. Estabelecimento de uma política de permanência estudantil do começo do curso até sua conclusão, que garanta a criação e a expansão das residências universitárias, a oferta gratuita de restaurantes universitários, de atendimento psicopedagógico, de creches para filhos e filhas de estudantes e trabalhadores/as e de transporte público, combatendo qualquer forma de cobrança de taxas e de redução à bolsificação no acesso às políticas de permanência;
4. Lutar pela efetivação da assistência estudantil na educação básica;
5. Rechaçar o fechamento das escolas públicas estaduais e municipais, em especial as do campo; reafirmar o ensino presencial, em todos os níveis;
6. Aplicar plenamente a Lei de Cotas (n.12.990/2004) nas universidades;
7. Lutar pela ampliação do sistema de cotas na graduação (não apenas na primeira) e na pós-graduação, contemplando negros/as, indígenas, quilombolas, ciganos, LGBTQI+, pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades; garantindo políticas específicas de assistência durante todo o seu processo formativo.
8. Lutar para tornar o PNAES lei ampliando os seus recursos e pela efetivação do repasse dessas verbas para as Universidades, bem como lutar pelo retorno e ampliação dos recursos do PNAEST;
9. Lutar pela paridade entre estudantes, técnicos/as e professores/as em todas as instâncias deliberativas da Universidade, no sentido de aprofundar a democracia universitária; exceto nas instâncias políticas, como assembleias gerais universitárias, onde a universalidade deve prevalecer;

GESTÃO, ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ESCOLAR

1. Defesa da gestão na educação, levando em consideração os seguintes princípios:
 - A. Contra a militarização das escolas públicas;
 - B. Assegurar condições para eleições de diretores/as nas escolas, através do voto direto dos membros da comunidade escolar (pais, mães, responsáveis; estudantes; funcionários/as e professores/as concursados/as)
 - C. Lutar contra a lei da mordaza na educação pública;
 - D. Fortalecer a formação política, científica e cultural da classe trabalhadora;
 - E. Defesa de elaboração dos PPPs nas escolas públicas, por membros da comunidade escolar, tomando como referência: condições de trabalho e estudo; formação científica humanística da classe trabalhadora; ampliação de recursos públicos para compra de equipamentos e laboratórios na escola; assegurar a participação dos/as estudantes na discussão e encaminhamentos dos processos decisórios na gestão das escolas;

2. Ampliar a discussão sobre a participação nos conselhos municipais de educação, conselhos do FUNDEB e conselhos da merenda escolar;

3. Regulamentação das políticas de estágio (nos colégios estaduais, por exemplo), sem mediação das instituições privadas, como por exemplo IEL/CIEE

CONHECIMENTO, CURRÍCULO E AVALIAÇÃO

1. Construir um projeto estratégico de educação popular, pública, financiada com recurso público, crítica, laica e emancipatória para e **com** a classe trabalhadora.

2. Defender o projeto de escola pública emancipatório de formação integral que atenda aos interesses da classe trabalhadora;

3. Reforçar o caráter científico das diversas áreas do conhecimento e do ensino, dentro do contexto das contrarreformas dos governos neoliberais.

4. Reafirmar os estudos de gênero, sexualidade e étnico-racial como campo do conhecimento de caráter científico que devem constar no currículo escolar, sendo imprescindíveis para a formação humana e superação de desigualdades históricas estruturais.

5. Combater a nova BNCC e seu caráter universalista, meritocrático, alinhada aos setores empresariais, fomentando a elaboração de um currículo construído a partir das relações sociais que circunscrevem a escola e suas contradições entre capital-trabalho.

6. Construir uma campanha nacional em defesa da escola pública, crítica, laica, e financiada com recurso público;

7. Combater as políticas de ranking entre as escolas e universidades, pautadas nos mecanismos de avaliações e controle;
8. Defender a autonomia das escolas e universidades na construção e implementação de seus instrumentos políticos e pedagógicos;
9. Combater qualquer movimento que cerceie o pensamento crítico e fortalecer a Frente Nacional Escola Sem Mordaza;
10. Combater o Movimento de ensino domiciliar (Home-School) reinteirando o papel político e científico da escola na formação humana e social;
11. Introduzir na discussão curricular e nos currículos temas relacionados ao capacitismo e outros demandados pela própria realidade.

FORMAÇÃO DE TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO E TRABALHO NA EDUCAÇÃO; CONDIÇÕES DE ESTUDO

1. Organizar e realizar o Encontro Nacional da Classe Trabalhadora (ENCLAT) no ano de 2019, para articular o conjunto dos trabalhadores, definir táticas de resistência e enfrentamento ao projeto da extrema direita no Brasil e avançar na construção da unidade para superar a sociedade de classes;
2. Articular e debater com trabalhadores/as da Educação sobre a necessidade de educação classista e popular, reforçando a manutenção dos direitos humanos e a necessidade de transformação radical da ordem do capital.
3. Criar espaços de formação e debate permanente para os trabalhadores e as trabalhadoras terceirizados/as, de modo a promover a aproximação entre os trabalhadores/as que atuam nos diversos setores da educação.
4. Lutar contra a meritocracia, por entender que esta aprofunda as desigualdades sociais, promove o adoecimento mental e físico e aliena o/a trabalhador/a da sua condição.
5. Lutar pela garantia da execução da Lei do Piso Nacional para as/os trabalhadoras/es da educação e de sua ampliação no sentido de assegurar condições de trabalho, tempo de planejamento, estudo e ócio.
6. Criação de Observatório permanente sobre condições de trabalho nas instituições de ensino, vinculado ao Comitê Local em Defesa da Educação.
7. Formular estratégias de autodefesa dos/as profissionais da educação para enfrentar os ataques a liberdade de cátedra, dentre outras formas de violência e desrespeito a Constituição cidadã, incluindo a criação de uma Frente Jurídica dentro do Comitê Local em Defesa da Educação Pública.

8. Realizar formações continuadas com base no projeto classista para a educação da classe trabalhadora;

9. Defender a formação dos/as profissionais da educação: na modalidade presencial, continuada e qualificada, a partir de um projeto classista que leve em consideração a formação dos/as profissionais da educação das comunidades quilombolas, indígenas e tradicionais, tomando como referência os quatro eixos: formação, remuneração, carreira e condições de trabalho.

GÊNERO, SEXUALIDADE, ORIENTAÇÃO SEXUAL E QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS
--

1. Elaboração de uma campanha de comunicação com diferentes materiais formativos e informativos, numa perspectiva classista e interseccional, para combater a discriminação étnico-racial, de gênero e de orientação sexual nas instituições de ensino.

2. Lutar pelo fortalecimento e ampliação de programas nacionais que acolham ao público vítima de violência dentro das instituições em todas as modalidades de Ensino (racismo, machismo, lgbtfobia, capacitismo, assédio moral e sexual e xenofobia), incluindo a contratação de profissionais qualificados para esses atendimentos.

2.1 Envidar esforços para garantir comissões responsáveis para apurar casos de assédio e/ou violência de gênero, racismo, lgbtfobia, capacitismo, assédio moral e sexual, xenofobia e outras formas de opressão tenham composição majoritariamente de mulheres, LGBTQI+, negras e negros e pessoas com deficiência.

3. Lutar por políticas nacionais e ações efetivas de inclusão e permanência no sistema de ensino público, direcionadas para a população de mulheres negras, povos indígenas, comunidades tradicionais e da agricultura camponesa, migrantes, refugiados e pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica no campo e nas cidades.

4. Lutar por uma política específica de permanência para população LGBTQI+, com acompanhamento psicossocial, psicológico, pedagógico, jurídico e de órgãos e/ou grupos voltados para o atendimento e acolhimento na universidade e na rede básica de ensino.

5. Lutar por uma política de ações afirmativas para travestis e transexuais afim de garantir o acesso e permanência em instituições públicas de ensino superior como cotas e o uso efetivo do nome social, bem como assegurar o devido acompanhamento e avaliação dessas políticas, certificando que a população trans participe desse processo.

6. Lutar pela construção de um programa nacional de acesso à educação formal e continuada para a população encarcerada, incluindo jovens cumprindo medidas socioedu-

cativas ou em privação de liberdade, que é majoritariamente composta por negros e negras.

7. Lutar pela efetiva aplicação da legislação educacional vigente no que se refere às leis 10.639/03 e 11.645/08 afim de valorizar as histórias, as culturas e identidades afro-brasileiras e indígenas em projetos educacionais permanentes que contribuam para a extinção do racismo institucional e da intolerância religiosa.

8. Lutar pela retomada e fortalecimento das políticas públicas educacionais voltadas aos povos e comunidades tradicionais e populações em situação de itinerância, combatendo o racismo, o anticiganismo e a xenofobia.

9. Acompanhar e apoiar discussões sobre as políticas decoloniais e bem viver dos povos tradicionais.

10. Cobrar do Ministério da Educação e Secretarias Estaduais e Municipais que profissionais das comunidades e povos tradicionais componham as comissões de reformulação curricular na construção de ementas que abordem a educação e a cultura dos povos e comunidades tradicionais.

11. Envidar esforços para garantir a inclusão do ensino de Crítica da mídia e uso da tecnologia no currículo escolar e na formação de professores/as para usar a comunicação como forma de expansão do debate sobre populações oprimidas e super exploradas em sala de aula.

12. Cobrar das instituições de ensino que gestantes e lactantes não trabalhem em ambientes insalubres.

13. Lutar para que as trabalhadoras e os trabalhadores da educação, inclusive os profissionais terceirizados, mães e pais de crianças de até quatro anos, tenham prioridade na elaboração do horário de trabalho.

14. Cobrar a efetiva aplicação das leis e implementação de programas que promovem a transferência de renda e o protagonismo dos povos e comunidades tradicionais e da agricultura camponesa, a exemplo da Lei 11.947/09 (alimentação escolar), respeitar as diretrizes curriculares com recorte étnico e o Decreto 6040/07 (sobre PCTAF's).

15. Reivindicar a valorização do magistério indígena e sua inclusão no plano de carreira correlato a sua categoria.

16. Na educação escolar indígena, defender a adoção de uma perspectiva da interculturalidade em sua transversalidade e não enquanto component curricular;

17. Reivindicar a garantia do direito ao transporte escolar de qualidade levando em consideração as especificidades das comunidades.

18. Lutar pela adoção da pedagogia da alternância e respeito às dinâmicas socioprodutivas locais inclusive nos mecanismos burocráticos de registro escolar.

19. Lutar pela garantia da formação continuada docente laica com a perspectiva anti-capitalista, anticapacitista, antimachista, antilgbtqi+fóbica, antirracista, antixenófoba.

20. Lutar pela paridade de gênero nas diferentes instâncias das instituições de ensino.

Fotos do Evento:

ENCONTRO PREPARATÓRIO - BAHIA

III ENCONTRO NACIONAL EDUCAÇÃO

30/03

08H CREDENCIAMENTO
09H MESA DE ABERTURA
10H CONFERENCIA DE ABERTURA
"SOMENTE A LUTA MUDA A VIDA: POR UM PROJETO CLASSISTA E DEMOCRÁTICO DE EDUCAÇÃO"
12H ALMOÇO
14H GRUPOS DE TRABALHO
19H JANTAR
20H ATIVIDADES CULTURAIS

31/03

08H CAFÉ DA MANHÃ
09H MESAS TEMÁTICAS CONCORRENTES:
1-FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO: OS LIMITES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
2-PROJETOS ANTAGÔNICOS DE SOCIEDADE: EDUCAÇÃO, ESPAÇOS DE LIBERDADES, AUTONOMIA E DEMOCRACIA.
12H - ALMOÇO
13:30H - 17H PLENÁRIA FINAL

30 E 31 DE MARÇO
UEFS

REALIZAÇÃO:
COMITÊ ESTADUAL
EM DEFESA DA
EDUCAÇÃO PÚBLICA
(BAHIA)

FB.COM/CEDEPBAHIA









